



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190514000644  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: bf19-1766-ad1c-ec80

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



# TUA

## TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

*O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.*

*O presente TUA consubstancia-se no indeferimento do pedido de licenciamento, por não estarem garantidos os requisitos definidos na legislação específica aplicável.*

### DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20190514000187
REQUERENTE	REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	507866673
ESTABELECIMENTO	Linha Dupla Ribeira de Pena – Vieira do Minho 1/2, a 400 kV
LOCALIZAÇÃO	Linha Dupla Ribeira de Pena – Vieira do Minho 1/2, a 400 kV
CAE	35120 - Transporte de eletricidade

### CONTEÚDOS TUA



ENQUADRAMENTO



LOCALIZAÇÃO



INDEFERIMENTO



ANEXOS TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190514000644  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: bf19-1766-ad1c-ec80

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## ENQUADRAMENTO

### SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Aplicáveis	Solicitados	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Validade	Prorrogação da validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora
AIA	PL20180706002971	X	X	Anexo I, n.º 19 - Artigo 1.º, n.º 3, alínea a), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual	14-05-2019	-	-	Sim	Desfavorável	Agência Portuguesa do Ambiente



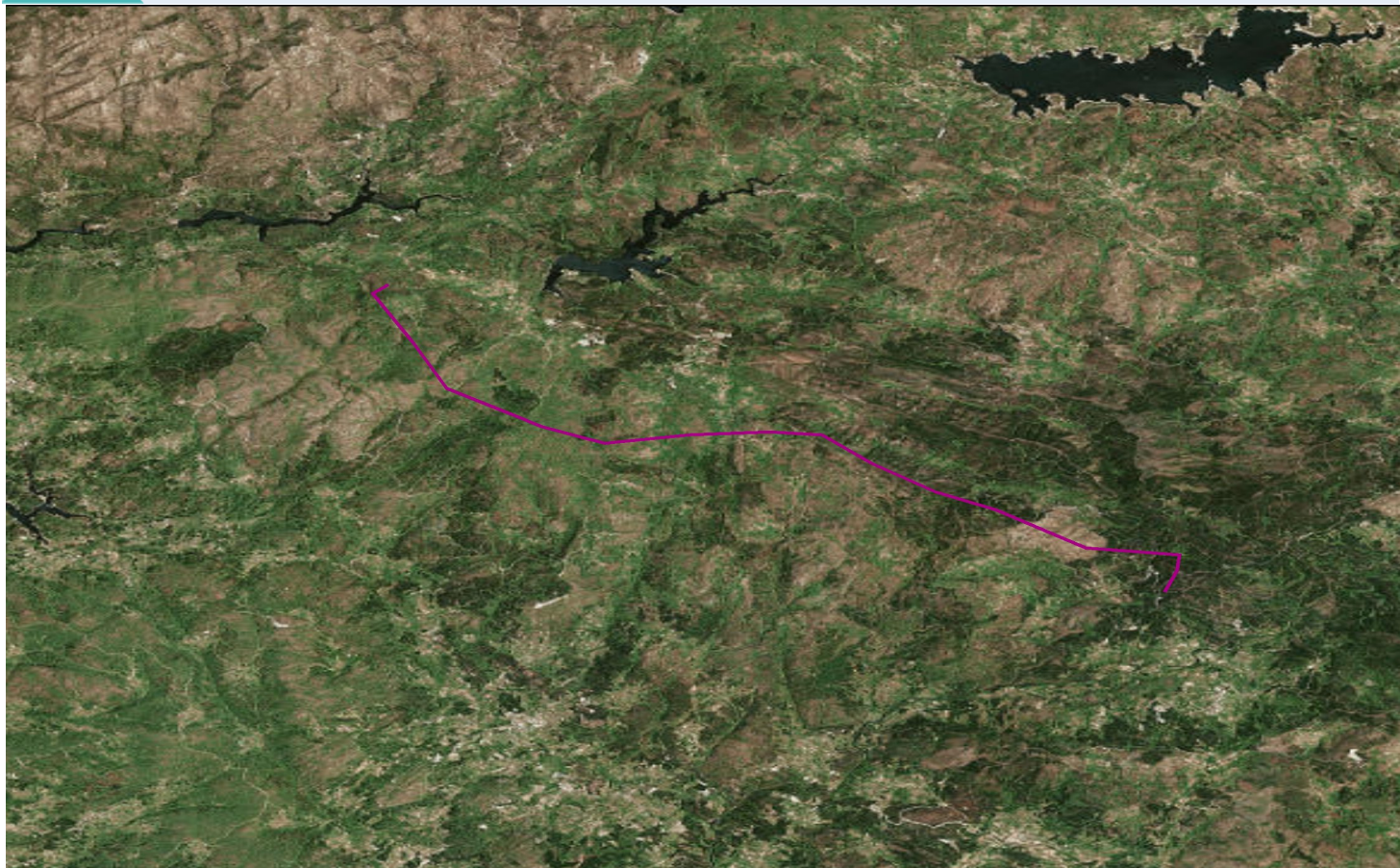
## LOCALIZAÇÃO

### Mapa



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190514000644  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: bf19-1766-ad1c-ec80

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## Confrontações

Norte	-
Sul	-
Este	-
Oeste	-

## Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m2)

Área coberta (m2)

Área total (m2)



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190514000644  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: bf19-1766-ad1c-ec80

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

## Localização

### Localização

União das Freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Além e freguesia de Santa Marinha, no concelho de Ribeira d'União das freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas, no concelho de Cabeceiras de Basto; freguesia de Salto, no concelho de Morais; União das freguesias de Ruivães e Campos, no concelho de Vila Verde do Minho



## INDEFERIMENTO

### Anexos

Código	Ficheiro	Descrição
C049653	AIA3218_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental



## ANEXOS TUA

### Anexos

Código	Anexo	Descrição
C049654	AIA3218_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental

**Declaração de Impacte Ambiental  
(Anexo ao TUA)**

<b>Designação do projeto</b>	Linha Dupla Ribeira de Pena - Vieira do Minho 1/2, a 400 kV
<b>Fase em que se encontra o projeto</b>	Projeto de Execução
<b>Tipologia do projeto</b>	Anexo I, n.º 19 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
<b>Enquadramento no regime jurídico de AIA</b>	Artigo 1.º, n.º 3, alínea a), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
<b>Localização</b> (freguesia e concelho)	União das Freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo do Além e freguesia de Santa Marinha, no concelho de Ribeira de Pena; união das freguesias de Gondiares e Vilar de Cunhas, no concelho de Cabeceiras de Basto; freguesia de Salto, no concelho de Montalegre; união das freguesias de Ruivães e Campos, no concelho de Vieira do Minho
<b>Identificação das áreas sensíveis</b>	Não são afetadas áreas sensíveis definidas nos termos do disposto na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
<b>Proponente</b>	REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.
<b>Entidade licenciadora</b>	Direção Geral de Energia e Geologia
<b>Autoridade de AIA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

<b>Descrição sumária do projeto</b>	<p>O projeto “Linha Dupla Ribeira de Pena – Vieira do Minho, 1/2 a 400 kV”, em fase de projeto de execução, consiste numa linha aérea de muito alta tensão, a 400 kV, a desenvolver entre a futura subestação de Ribeira de Pena e o posto de corte de Vieira do Minho (existente).</p> <p>A linha elétrica pretende integrar a Rede Nacional de Transporte (RNT) nas sub-regiões Alto Trás-os-Montes e Ave, na região Norte de Portugal, tendo como principais objetivos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma via alternativa ao escoamento de energia das centrais do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) localizadas na zona do Alto Tâmega;</li> <li>• Permitir a integração das novas centrais hidroelétricas da região Norte de Portugal (2700 MW dos quais 2100 MW com bombagem) e criar melhores condições para evacuação de energia eólica existente e prevista, com autorização para ligação;</li> </ul>
-------------------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir o objetivo de capacidade de interligação de 3 000 MW entre Portugal e Espanha, assegurando ao mesmo tempo a integração de elevados níveis de penetração de energias renováveis e garantindo a segurança do sistema, como resultado da acumulação dos fluxos no eixo de interligação já existente;</li> <li>Permitir um aumento da capacidade de interligação entre Portugal e Espanha, de mais de 1 800 MW em alguns cenários, com um aumento médio anual de 500 MW.</li> </ul> <p>O projeto, com uma extensão de 26,8 km, atravessa os concelhos de Ribeira de Pena, de Cabeceiras de Basto, de Montalegre e o concelho de Vieira do Minho, apresentando um total de 66 apoios. Os apoios, constituídos por estruturas metálicas treliçadas, apresentam grandes dimensões com alturas compreendidas entre 64 e 75 metros.</p> <p>A linha elétrica é de duplo circuito com os condutores dispostos em dupla bandeira, com cada terno (circuito) a ocupar um dos lados dos apoios.</p> <p>A linha elétrica é de duplo circuito com os condutores dispostos em dupla bandeira, com cada terno (circuito) a ocupar um dos lados dos apoios.</p> <p>A implantação do projeto implica a instalação/execução dos seguintes trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Instalação e utilização do estaleiro/ parques de material: a localização do estaleiro ainda não se encontra definida, no entanto é referido no EIA que será dada preferência a locais infraestruturados, ou caso tal não seja possível, locais com declive reduzido e com acesso próximo, para evitar, tanto quanto possível, movimentações de terras e abertura de acessos.</li> <li>Reconhecimento, sinalização e abertura de acessos: sempre que possível serão utilizados ou melhorados acessos existentes, no entanto, prevê-se a necessidade de melhoria e abertura de novos caminhos para aceder aos locais de alguns apoios. A largura máxima de um acesso será de aproximadamente 4 m, a fim de possibilitar a passagem de guias para a montagem dos apoios prevendo-se que a eventual abertura de novos acessos tenham extensões relativamente reduzidas. O EIA refere ainda que, no caso destes acessos não representem uma mais-valia para as acessibilidades locais e para os proprietários, estes serão eliminados, repondo-se a situação anterior à sua implantação, conforme acordos que vierem a ser estabelecidos.</li> <li>Desmatção e abertura de faixa de proteção: na envolvente aos locais de implantação dos apoios, durante a fase de construção, é feita a desmatção e o abate de arvoredo numa área até 400 m<sup>2</sup>, dependente das dimensões dos apoios. No entanto, as áreas de mato</li> </ul>
--	---

	<p>eventualmente afetadas recuperam na quase totalidade após a construção, restando em definitivo apenas uma reduzida área de solo efetivamente ocupada pelos afloramentos dos quatro maciços de fundação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de caboucos e execução das fundações: a construção da linha envolverá a marcação e abertura de caboucos nos locais de implantação dos novos apoios. Esta atividade é realizada com o recurso a retroescavadoras e a circulação de maquinaria ocorre na área de cerca de 400 m<sup>2</sup>, na envolvente do local de implantação do apoio. A execução dos maciços de fundação (fundações diretas) que envolvem operações de betonagem no local, com recurso, normalmente, a betão pronto, proveniente de centrais de betão existente na região e transportado diretamente para o local, não envolvendo assim a instalação de centrais de betão dedicadas.</li> <li>• Assemblagem e montagem dos apoios: Estes trabalhos incluem o transporte, assemblagem e levantamento das estruturas metálicas, reaperto de parafusos e montagem de conjuntos sinaléticos.</li> <li>• Colocação dos cabos, acessórios e regulação dos cabos: inclui o desenrolamento, regulação, fixação e amarração dos cabos condutores e de guarda.</li> </ul> <p>O projeto contempla ainda uma intervenção a realizar no Posto de Corte de Vieira do Minho (PCVRM). Esta intervenção consiste em construir um novo módulo para, em conjunto com o já existente, receber os dois circuitos vindos de Ribeira de Pena.</p> <p>Esta operação está completamente circunscrita ao interior da plataforma existente e faz parte da evolução normal da instalação. Aquando do processo de avaliação ambiental e licenciamento desta instalação, foi apresentada a situação de exploração em fase final, na qual estavam contemplados, entre outros, estes novos painéis.</p> <p>Os equipamentos a colocar são iguais aos do módulo adjacente, procedendo-se a uma “replicação” do mesmo, no sentido poente.</p>
<p><b>Síntese do procedimento</b></p>	<p>O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) teve início a 18/09/2018, após receção de todos os elementos necessários à boa instrução do mesmo.</p> <p>A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da APA, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), da Comissão de</p>

	<p>Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte), da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), da Direção-Geral da Saúde e do Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves do Instituto Superior de Agronomia (CEABN - ISA).</p> <p>A metodologia adotada para concretização deste procedimento de AIA contemplou as seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação da Conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), da documentação adicional e consulta do projeto de execução: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Foi considerada necessária a apresentação de elementos adicionais, os quais foram submetidos pelo proponente sob a forma de Aditamento ao EIA.</li> <li>– Após análise deste documento, foi considerado que o mesmo, de uma maneira geral, dava resposta às lacunas e dúvidas anteriormente identificadas pelo que o EIA foi declarado conforme a 26/12/2018.</li> <li>– No entanto, e sem prejuízo de ter sido dada a conformidade ao EIA, a CA considerou que persistiam ainda questões/elementos por apresentar e esclarecer, pelo que foi solicitada a apresentação de elementos complementares.</li> </ul> </li> <li>• Abertura de um período de Consulta Pública, que decorreu durante 30 dias úteis, desde 03/01/2019 a 13/02/2019.</li> <li>• Visita de reconhecimento ao local de implantação do projeto, onde estiveram presentes representantes da CA, do proponente e da equipa que elaborou o EIA.</li> <li>• Apreciação ambiental do projeto, com base na informação disponibilizada no EIA e respetivo Aditamento, tendo em conta as valências das entidades representadas na CA, integrada com as informações recolhidas durante a visita ao local e ponderados todos os fatores em presença, e a participação pública.</li> <li>• Elaboração do Parecer Final da CA, que visa apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto.</li> <li>• Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública.</li> <li>• Promoção de um período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, e de diligências complementares.</li> <li>• Análise da pronúncia apresentada em sede de audiência de interessados e emissão da presente decisão.</li> </ul>
--	--

**Síntese do resultado da  
consulta pública e sua  
consideração na decisão**

Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 3 de janeiro a 13 de fevereiro de 2019.

Síntese dos resultados da Consulta Pública

Durante este período foram recebidos os seguintes pareceres: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional (DGADR); Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP N); Câmara Municipal de Montalegre; ADRAT, Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega; GEOTA - Grupo de Estudos, de Ordenamento do Território e Ambiente; Infraestruturas de Portugal; Conselho Diretivo dos Baldios da Póvoa; Direções dos Compartes de Baldios; Abaixo-assinado subscrito por 22 cidadãos; Abaixo-assinado, subscrito por 421 cidadãos; Cidadãos a título individual: 19.

A DGADR informa que o projeto não interfere com quaisquer áreas, estudos ou projetos no âmbito das suas atribuições e competências, pelo que nada tem a opor.

A DRAP N considera que os interesses em que a DRAP N tem jurisdição, se encontram acautelados. Recomenda, no entanto, que na fase de construção, sejam utilizados solos não agrícolas para instalação de estaleiros e reforça a obrigatoriedade do pedido de autorização de utilização de solos integrados na RAN à ERRAN do Norte, na fase de licenciamento do projeto.

A Câmara Municipal de Montalegre está em total desacordo com o projeto e evidencia que a região do Barroso é a única em Portugal a ostentar a dupla distinção de Património Agrícola Mundial, atribuída pela FAO das Nações Unidas e de Reserva Mundial da Biosfera, atribuída pela UNESCO. Tais distinções, reforça, apenas são concedidas a regiões que gozem de condições naturais de exceção, onde se mantenham inalteradas as paisagens rurais e onde se mantenham métodos tradicionais ancestrais de agricultura e pastoreio.

Depois, menciona o Ecomuseu do Barroso e destaca que uma das suas funções é a dinamização de um território de interior desfavorecido, motivando as populações na salvaguarda das suas tradições e no empenho da preservação ambiental de forma sustentável. Lembra que Salto é o centro da área de produção de bovinos da raça Barrosã, cuja qualidade se deve, essencialmente, às condições locais de pastoreio, que ficarão muito comprometidas com o projeto de linha e reforça que tem desenvolvido todo um conjunto de intervenções que conduzam à preservação das capacidades endógenas do território, designadamente, a criação do Centro Interpretativo das Minas da Borralha e a aquisição de equipamentos industriais, alguns com o objetivo de criação de uma unidade hoteleira.

Conclui esta entidade que embora compreenda a necessidade técnica da intervenção, o projeto irá condicionar muito do território que se pretende dinamizar, e defende que haver outras alternativas de traçado, menos lesivas para a região.

A ADRAT considera ser possível concluir que o projeto, em princípio, não coloca em causa o sistema Silvo-Agro-Pastoril, desde que fiquem devidamente salvaguardados os habitats prioritários existentes na faixa abrangida e minimizados os impactos que possam pôr em causa a fauna existente, nomeadamente a avifauna.

O GEOTA considera que tendo em conta a ocorrência de espécies com importância para a conservação, a pormenorização da sua caracterização poderia avaliar, com maior detalhe os potenciais impactes e, consequentemente, poderiam ser equacionadas alterações de traçado. Similarmente, os impactes nos sistemas culturais presentes, associados a mosaicos diversos e de grande interesse ecológico e paisagístico são, na sua perspetiva, minorizados. Também a não ponderação do enterramento, ainda que parcial, do corredor minimizando os impactes paisagísticos e da avifauna, é outro aspeto que esta associação discorda.

A Infraestruturas de Portugal informa que relativamente à rede viária o corredor interfere com a estrada regional ER 311, no concelho de Montalegre. Com vista à salvaguarda da rede rodoviária da sua responsabilidade, evoca a Lei n.º34/2015, de 27 de abril que regula a proteção e fixa as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação. Relativamente a este aspeto deverá, igualmente, ser dado cumprimento ao estabelecido no DR n.º 1/92 de 18 de fevereiro, designadamente os seus artigos n.º 91 e n.º 92 no que respeita à altura máxima que os condutores nus ou cabos isolados, nas condições de flecha máxima, devem cumprir em relação ao nível de pavimento das estradas em causa e no que respeita ao afastamento dos apoios relativamente à zona da estrada e quanto às condições a observar no reforço das fundações para os apoios, quando estes, por rutura possam atingir a estrada. No que concerne aos valores ecológico e paisagístico deverá ser tido em consideração o disposto no RSLEAT. Quanto à rede ferroviária não se verifica qualquer interferência com as infraestruturas sob jurisdição da IP. Por último, lembra que qualquer proposta de intervenção/alteração da rede rodoviária sob jurisdição da IP terá de ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor e serem previamente submetidos a parecer e aprovação do IP enquanto concessionária geral da RRN. Acresce, ainda, que a sua materialização carece igualmente de licenciamento da administração rodoviária.

O Conselho Diretivo dos Baldios da Póvoa diz que não está contra o projeto, contudo opõe-se ao traçado marcado para a sua aldeia e, por isso, sugere um traçado alternativo que salvguarde as áreas habitadas, designadamente, casas, lameiros de pasto, campos de cultivo agrícola tradicional onde as pessoas da aldeia, diariamente, fazem os seus trabalhos e deslocam o gado. Realça, ainda, que o traçado divide ao meio duas zonas habitadas, passando a 148 m de uma e a 264 m da outra e, no seu seguimento também irá atravessar uma quelha onde transitam pessoas e animais e que resultará numa exposição prolongada e permanente aos campos elétricos e magnéticos, que são prejudiciais à vida humana.

Na proposta que apresenta, a linha que se desenvolve para oeste é desviada para nordeste, seguindo pela cumeada dos montes, onde a floresta é menos densa, depois atravessa os montes entre as aldeias de Lodeiro d'Arque e Bagulhão, sobe novamente ao monte e curva para sul onde encontra novamente a linha do traçado original.

Em abaixo-assinado, um conjunto de 22 cidadãos representativo de proprietários das casas ou dos terrenos agrícolas afetados pela passagem da linha apoia a alternativa proposta e manifesta a sua discordância contra o traçado apresentado.

Em outro abaixo-assinado, 421 cidadãos manifestam a sua discordância pela passagem da linha que atravessará uma área de pastorícia, preservada há centenas de anos, na serra da Cabreira a qual, inevitavelmente, sofrerá uma descaracterização paisagística e sublinham que a região do baixo Barroso foi classificada, em 2018, como um sistema importante de património agrícola mundial, pela produção pecuária e culturas típicas das regiões montanhosas, onde se mantêm formas tradicionais de trabalhar a terra ou tratar os animais.

Também em abaixo-assinado, as Direções dos Compartes de Baldios, pertencentes à freguesia de Salto, bem como a população com residência permanente, esporádica ou com interesse nas aldeias mais afetadas pela passagem desta linha, manifestam a sua discordância ao projeto invocando sobretudo a perda do valor natural que a referida região sofrerá e, consequente, a perda de sustentabilidade e da conservação da natureza.

Há também um conjunto de cidadãos que, embora se expressem a título individual, apontam preocupações com o atravessamento da zona de Barroso e com os impactes no geossítio Toco-Soutinho, na Serra da Cabreira.

Vários cidadãos expressam também preocupação com os impactes ao nível da saúde e da descaracterização da paisagem natural.

Alguns cidadãos referem que freguesia de Ruivães tem sido, nas últimas décadas, muito massacrada pelo setor energético, resultando na perda de qualidade de vida das suas gentes, seja pelos elevados campos eletromagnéticos com que convivem, seja pela redução de margem de

	<p>manobra a meios de auxílio aéreo em caso de emergência (auxílio médico, combate a incêndios). A estes acrescem os inerentes impactos na paisagem e a elevada desvalorização das parcelas envolvidas. Entende também que o projeto não induz qualquer mais-valia para a região e que deve ser revisto, na perspetiva de encontrar uma alternativa que se afigure menos agressiva para as populações. Salientam ainda que a linha passa a cerca de 400 m de um sítio de interesse patrimonial “Lage dos Cantinhos” ou “Gravuras Rupestres de Zebal” e que atravessa o Percorso Pedestre PR2 – Percorso de Campos, o que diminuirá, naturalmente, a afluência de caminhantes a este percurso.</p> <p><u>Consideração dos resultados da Consulta Pública na decisão</u></p> <p>Da análise dos pareceres recebidos infere-se uma grande preocupação pela afetação da região do Barroso, única em Portugal a receber uma dupla distinção: Património Agrícola Mundial, atribuída pela FAO das Nações Unidas e Reserva Mundial da Biosfera, atribuída pela UNESCO. Esta dupla distinção, como reiteradamente sublinhado, apenas é concedida a regiões que gozem de condições naturais de exceção, que mantenham inalteradas as paisagens rurais e que preservem métodos tradicionais ancestrais de agricultura e pastoreio e ficará muito comprometida com o projeto de linha elétrica.</p> <p>Estas preocupações foram consideradas e devidamente salvaguardadas na avaliação desenvolvida e refletidas na presente decisão.</p>
<p><b>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</b></p>	<p>Em todos os concelhos afetados pelo traçado da linha elétrica em estudo, a construção deste tipo de infraestruturas no que diz respeito às categorias de espaço abrangidas, não contrariam as disposições regulamentares dos respetivos Planos Diretores Municipais, carecendo no entanto, da pronúncia favorável das autarquias.</p> <p>Relativamente à afetação de servidões e restrições de utilidade pública, destaca-se a ocupação de solos integrantes da Reserva Ecológica Nacional (REN) para a instalação de redes elétricas, a qual está prevista na alínea i) “Redes elétricas aéreas de alta e média tensão, excluindo subestações” do ponto II “Infraestruturas”, do anexo II do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, alterado e republicado pelo DL n.º 239/2012, de 2 de Novembro, relativo aos “usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN”, a que se refere o artigo 20.º. Esta ocupação está sujeita a Comunicação Prévia, a emitir pela CCDR competente, e não tem requisitos específicos, de acordo com o estabelecido na alínea f) do Ponto II, da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro.</p> <p>Verifica-se também a implantação de 2 apoios (P37 e P40) em áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN), sendo inutilizados 240 m<sup>2</sup> de forma permanente.</p>

	<p>Ocorre ainda sobrepassagem pelos vãos em áreas da RAN nos apoios P36 a P38 e P39 a P41. Em relação aos apoios, verifica-se que a implantação dos acessos para a construção e manutenção dos apoios P37 e P40 se inserem em RAN.</p> <p>Na área em estudo ocorrem dois perímetros florestais referentes à Serra da Cabreira e ao Barroso, e parte do traçado da linha elétrica, entre os apoios 21 a 51, insere-se no território do Barroso, na área classificada pela FAO como o primeiro sítio GIAHS (<i>Globally Important Agricultural Heritage Systems</i>) - Sistema Importante do Património Agrícola Mundial - em Portugal.</p>
<p><b>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</b></p>	<p>O projeto não interfere com nenhuma área com estatuto de conservação, enquadráveis na Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas. As áreas de conservação mais próximas são, a noroeste, o sítio Peneda/Gerês (PTCON0001) e Parque Natural da Peneda-Gerês, a cerca de 2 km, e o sítio Alvão/Marão (PTCON0003), localizado a sudeste, a cerca de 4 km. Relativamente aos corredores ecológicos, verifica-se uma proximidade aos corredores ecológicos correspondentes aos vales dos rios Ave e Tâmega.</p> <p>Por outro lado, na área em estudo ocorrem dois perímetros florestais referentes à Serra da Cabreira e ao Barroso, e parte do traçado da linha elétrica, entre os apoios 21 a 51, insere-se no território do Barroso, na área classificada pela FAO como o primeiro sítio GIAHS (<i>Globally Important Agricultural Heritage Systems</i>) - Sistema Importante do Património Agrícola Mundial - em Portugal.</p> <p>Relativamente a estes perímetros florestais, os mesmos encontram-se sob gestão direta do ICNF, estando a decorrer atualmente ações de reflorestação financiadas ao abrigo do programa PDR2020. Estas ações encontram-se em desenvolvimento no perímetro florestal do Barroso, no troço entre os apoios 2 e 5, e no perímetro florestal da Serra da Cabreira, no troço entre os apoios 8 e 16.</p> <p>Tratando-se de uma iniciativa para a promoção e preservação do património agrícola, os sítios GIAHS são sistemas agrícolas vivos, envolvendo as comunidades humanas numa relação intrincada com o território, com a paisagem cultural e agrícola, bem como com o ambiente biofísico e social.</p> <p>Salienta-se ainda a proximidade do traçado da linha elétrica (troço entre o apoio 58 e o 62) ao Geossítio de relevância nacional designado por “Toco-Soutinho”. Este é um dos dezasseis geossítios englobados na categoria “Geomorfologia glaciária e periglaciária”, o qual possui elevado valor científico, de acordo com o mais recente Inventário de Património Geomorfológico em Portugal, realizado entre 2007 e 2010.</p> <p>Assim, atendendo aos valores e condicionantes territoriais em presença, bem como às características e dimensão do projeto, foram considerados como</p>

fatores ambientais determinantes para a avaliação desenvolvida a Geologia e Geomorfologia, os Sistemas ecológicos, a Paisagem e o Ordenamento do território. A Socioeconomia foi considerada como fator ambiental relevante.

Na Geologia e Geomorfologia, a afetação do Geossítio “Toco-Soutinho” implica a ocorrência de impactes negativos muito significativos e não minimizáveis numa área de relevância nacional. A relevância científica deste Geossítio advém da ocorrência dos vestígios glaciários mais meridionais do Noroeste da Península Ibérica, sendo o melhor exemplo de glaciação abrigada a baixa altitude, e da elevada concentração de pseudoestratificação granítica.

Na fase de construção, o principal impacte ocorre com a implantação do acesso previsto ao apoio 60 que implica a destruição total ou parcial de geoformas. Na fase de exploração, o impacte mais significativo será a presença da linha elétrica e a intrusão visual, com a correspondente degradação paisagística da envolvente próxima. Esse impacte sobre o valor estético deste Geossítio, colocando em causa a sua integridade, abrange necessariamente uma extensão maior, sensivelmente entre os apoios 54 e 64, que se considera-se um impacte negativo, muito significativo e não minimizável.

Assinala-se que uma das componentes que sustenta a relevância científica do Geossítio – elevada concentração de afloramentos com pseudoestratificação (fracturação sub-horizontal paralela ao nível topográfico) - já foi impactada negativamente por outro projeto - o parque eólico situado na cumeada da serra da Cabreira. Para além da destruição parcial ou total dos afloramentos estratificados para implantação dos aerogeradores e construção das infraestruturas associadas, com a melhoria e abertura de acessos, foi fomentado o acesso e consequente remoção das lajes, denominadas localmente por “lousas”, antes mais inacessíveis. A implantação da linha elétrica iria acentuar os impactes negativos já verificados traduzindo-se em impactes cumulativos com maior significância ao nível do valor científico do Geossítio.

Quanto aos Sistemas ecológicos, apesar do projeto não abranger nenhuma área classificada, interfere com dois perímetros florestais e abrange uma área importante para espécies faunísticas com estatuto de conservação.

A ocorrência de colisões de espécies avifaunísticas ameaçadas com a infraestrutura está relacionada, entre outros aspetos, com a presença habitual de indivíduos nas proximidades da linha e com a interferência desta com habitats potenciais dessas espécies, corredores de migração ou com áreas importantes para a sua conservação.

Na área de estudo, das 91 espécies de aves potencialmente ocorrentes na área, seis são consideradas muito ameaçadas. Foram identificadas três zonas críticas para a ocorrência de avifauna, relacionados com o estatuto de conservação das espécies presentes, com o risco de colisão que as mesmas apresentam e com

a presença de biótopos favoráveis à sua permanência na área do projeto: o vale do rio Beça, a paisagem agrícola de salto e o vale do rio da Laje. O impacto da mortalidade inerente à colisão de aves é considerado negativo, direto e de magnitude reduzida a elevada, consoante o estado das populações das espécies afetadas. É ainda um impacto permanente e irreversível, com significância variável, em função das espécies afetadas, mas que pode ser considerado significativo a muito significativo para espécies avifaunísticas com estatuto de conservação desfavorável e risco de colisão intermédio a elevado, como são os casos da Cegonha-preta, Águia-caçadeira, Açor e Noitibó-cinzento.

Na área de estudo destaca-se ainda a presença de três alcateias de Lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*). O Lobo-ibérico é uma espécie classificada como “Em perigo de extinção” pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, apresentando grande sensibilidade à presença e atividade humana, e requerendo manchas de habitat favorável de elevada dimensão para o seu ciclo de vida.

De referir, contudo, que as áreas diretamente afetadas pela alteração/destruição de habitat são relativamente reduzidas. Assim, a principal afetação da espécie será ao nível da perturbação, podendo adquirir contornos significativos particularmente na época de reprodução. O projeto atravessa áreas relativamente próximas de locais de reprodução conhecidos, pelo que o impacto a este nível considera-se negativo, de magnitude moderada a elevada, temporário e significativo.

Ao nível da Paisagem os impactos decorrem fundamentalmente da intrusão visual que a presença permanente da infraestrutura introduz no território. Os impactos visuais serão tanto mais gravosos quanto mais visíveis se apresentar a linha e os apoios, constituindo-se os troços mais próximos de povoações e vias de circulação, aqueles que potencialmente induzirão um impacto visual negativo mais elevado, no que se refere a observadores permanentes ou temporários, respetivamente.

O impacto visual negativo devido à presença da linha elétrica e respetivos apoios faz-se sentir em três situações: povoações (observadores permanentes), vias de comunicação (observadores temporários) e áreas de Qualidade Visual Elevada.

O traçado passa a cerca de 500 a 1 000 m, das seguintes povoações Zebral, Ameal, Bagulhão, Póvoa, Reboreda, Carvalho, Tabuadela, Seara e Gondiaes. A partir de cada uma destas povoações serão, potencialmente, visíveis 3 a 4 apoios, sobretudo o topo dos apoios (braços/armação). Pelo conjunto dos 3 a 4 apoios percecionados por cada uma das povoações, considera-se que o impacto visual negativo tenderá para significativo.

Por outro lado, considera-se o impacto visual sobre as vias de comunicação e, consequentemente, sobre observadores temporários, negativo mas pouco significativo.

No que se refere à afetação visual das áreas com Qualidade Visual Elevada, verifica-se que o impacto visual negativo da linha e, sobretudo, dos apoios se projeta sobre grande parte destas áreas. Consequentemente, a sua integridade visual fica comprometida.

A relevância destas áreas deve-se à presença de vários valores visuais e marcas naturais e antrópicas que imprimem elevado valor cénico à paisagem assim como constituem elementos identitários da mesma. Dessas áreas, destacam-se as áreas de vale de rios, áreas agrícolas e lameiros, zonas de mosaico, formações rochosas e afloramentos singulares, áreas compartimentadas por muros de pedra e áreas de carvalhal e bidoal.

Além da presença da linha elétrica implicar a ocorrência de impactos que se traduzem na perda muito relevante da qualidade cénica da Paisagem, também a faixa de proteção, com a desflorestação e desmatção levará à formação de um corredor artificial perceptível a grandes distâncias, que adquire maior expressão visual nas áreas florestais mais densas e contínuas.

Assim, para a Paisagem, considera-se que o impacto visual resultante da implantação de uma linha elétrica de muito alta tensão, numa área com as características apresentadas, é negativo, significativo a muito significativo, e não minimizável. Este impacto assume particularmente relevância nos troços entre os apoios 36 e 41, entre os apoios 43 e 54, entre os apoios 59 e 63, bem como na localização dos apoios 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 35, 42 e 56.

Em termos de Ordenamento do território, destaca-se a afetação de espaços florestais de produção, integrados nos dois perímetros já referidos, com particular relevância nos troços entre os apoios 1 a 17 e 23 a 25.

Neste contexto, merece também particular atenção a afetação da Região do Barroso, área classificada como o primeiro sítio GIAHS - Sistema Importante do Património Agrícola Mundial - em Portugal. O Barroso é uma região agrícola dominada pela produção pecuária e pelas culturas típicas das regiões montanhosas, onde se mantêm as formas tradicionais de trabalhar a terra ou tratar os animais. As principais atividades são a criação de gado e a produção de cereais, o que deu origem a um mosaico de paisagem em que as pastagens antigas, as áreas de cultivo (campos de centeio e hortas), os bosques e as florestas estão interdependentes.

A linha elétrica em estudo não coloca em causa as principais atividades características da área classificada pela FAO, ou seja, a criação de gado e a produção de cereais poderão continuar após a sua construção, pelo que os impactos, apesar de negativos, são pouco significativos.

No entanto, existem impactos visuais negativos e significativos decorrentes da colocação dos apoios e da execução dos acessos aos mesmos, na medida em que implica uma fragmentação no mosaico da paisagem, em que as pastagens antigas, as áreas de cultivo (campos de centeio e hortas), os bosques e as florestas estão interdependentes. Considera-se ainda que estes impactos não são minimizáveis e que se estendem pela maior parte do traçado.

Para o fator ambiental Socioeconomia, destacam-se os impactos positivos associados ao próprio objetivo do projeto, com a criação de um novo ponto de apoio local à rede de distribuição, com reflexos positivos na otimização e desenvolvimento das redes elétricas de serviço público. Estes impactos positivos consideram-se significativos e de âmbito regional. Ao nível deste fator ambiental, e além dos impactos socioeconómicos que decorrem indiretamente dos impactos ao nível do ordenamento do território e da paisagem, verificam-se também impactos negativos relacionados com os incómodos causados à população decorrentes dos trabalhos de construção e à perda de rendimentos pela ocupação dos terrenos, considerando-se pouco significativos a significativos, temporários e locais.

De salientar ainda a ocorrência de potenciais impactos cumulativos da construção desta linha elétrica com um conjunto de projetos existentes ou previstos na área de estudo e respetiva envolvente, com uma dimensão significativa. Destacam-se desde logo várias Linhas Aéreas de diferentes escalões de tensão (150kV, 220kV e 400kV), de entre as quais o Eixo da RNT entre Carrapatelo, Fridão, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, a 400Kv (concessionados à REN), contendo a LMAT já projetada entre a futura Subestação de Ribeira de Pena e a atual Subestação da Feira, os Aproveitamentos Hidroelétricos de Gouvães, Daivões e Alto Tâmega (concessionados à IBERDROLA), que ligam à Subestação de Ribeira de Pena.

Em relação a outros projetos existentes destaca-se também a existência de dois parques eólicos e respetivas linhas elétricas aéreas, localizados respetivamente nos concelhos de Montalegre e Vieira do Minho. O parque eólico localizado em Montalegre, designado de Parque Eólico das Lombas, localiza-se a sul da linha entre os apoios 23 e 32. As distâncias variam entre 820 m e 460 m. Em Vieira do Minho, o parque eólico localiza-se a sudoeste da linha entre os apoios 57 e 62 a uma distância que varia entre os 1 200 m e os 1 700 m.

No que se refere à Consulta pública, destaca-se o parecer da Câmara Municipal de Montalegre que não é favorável ao projeto e evidencia que a região do Barroso é a única em Portugal a ostentar a dupla distinção de Património Agrícola Mundial, atribuída pela FAO das Nações Unidas e de Reserva Mundial da Biosfera, atribuída pela UNESCO. Tais distinções apenas são concedidas a regiões que gozem de condições naturais de exceção, onde se mantenham

inalteradas as paisagens rurais e onde se mantenham métodos tradicionais ancestrais de agricultura e pastoreio.

Menciona também o Ecomuseu do Barroso e destaca que uma das suas funções é a dinamização de um território de interior desfavorecido, motivando as populações na salvaguarda das suas tradições e no empenho da preservação ambiental de forma sustentável. Refere que a freguesia de Salto é o centro da área de produção de bovinos da raça Barrosã, cuja qualidade se deve, essencialmente, às condições locais de pastoreio, que ficarão muito comprometidas com o projeto de linha. A Câmara Municipal de Montalegre reforça que tem desenvolvido todo um conjunto de intervenções para a preservação das capacidades endógenas do território, designadamente, a criação do Centro Interpretativo das Minas da Borralha e a aquisição de equipamentos industriais, alguns com o objetivo de criação de uma unidade hoteleira.

O Conselho Diretivo dos Baldios da Póvoa também não concorda com o traçado do projeto, principalmente por atravessar a aldeia e por dividir duas zonas habitadas.

Salienta-se ainda a participação de diversos cidadãos que são manifestamente contra o traçado proposto para a linha elétrica.

Face ao exposto, tendo em conta os resultados da avaliação desenvolvida e da participação pública, considera-se que, apesar dos impactes positivos do projeto nas redes elétricas de serviço público, tendo em conta os impactes negativos significativos e não minimizáveis ao nível de fatores ambientais determinantes, o projeto não é compatível com a salvaguarda dos valores ambientais existentes na área afetada. Neste sentido, emite-se decisão desfavorável ao traçado apresentado.